XXX Semana do Contador de Maringá
22/10/2018 a 26/10/2018
Realização: Departamento de Ciências Contábeis
UEM
ISSN: 1980-4113

ANÁLISE DA TIPOLOGIA DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SEIS MAIORES MUNICÍPIOS PARANAENSES

João Victor dos Santos Bulcão
Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: victorbulcao@outlook.com.br
Telefone: (44) 98456-7147

Roberto Rivelino Martins Ribeiro
Doutor em Administração Pública e Governo
Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: rivamga@hotmail.com

Kerla Mattiello
Doutoar em Administração Pública e Governo
.Universidade Estadual de Maringá Professora do Departamento de Ciências Contábeis da
E-mail: m_kerla@yahoo.com.br

XXX Semana do Contador de Maringá
22/10/2018 a 26/10/2018
Realização: Departamento de Ciências Contábeis
UEM
ISSN: 1980-4113

UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO EM MICROEMPRESAS DO SETOR COMERCIAL DE MARINGÁ-PR

Resumo

As Microempresas (ME's) exercem função fundamental na economia brasileira gerando empregos e auxiliando no desenvolvimento do empreendedorismo. Apesar de sua importância e relevância econômica, tal tipo de empresa sofre com o baixo grau de sobrevivência no mercado. Dito isto, tal problema pode ser ocasionado por uma administração falha por parte dos gestores que em muitas das vezes optam por não utilizar ferramentas advindas da contabilidade no processo de gestão, sendo assim, o presente estudo visa descobrir como os gestores de Microempresas do setor comercial da cidade de Maringá-PR utiliza as informações contábeis no gerenciamento de seus negócios. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, abordagem quantitativa, de caráter indutivo, com procedimentos de levantamento e ambiente de campo; fez uso de questionário para coleta de dados e análise de conteúdo para apreciação. Com base nas respostas obtidas, concluiu-se que a maioria dos gestores não leva em consideração as informações contábeis em suas tomadas de decisões, seja pela falta de interesse do mesmo ou dificuldades na compreensão dos relatórios.

Palavras Chave: Microempresa; Informação Contábil; Gestor; Demonstrações Contábeis.

Área 02: Contabilidade para Usuários Externos

Subárea 2.2: Contabilidade Societária

Modalidade: Artigo Científico Graduação

1. INTRODUÇÃO

Observando o atual contexto socioeconômico do país, as micros e pequenas empresas (MPEs) assumem papel fundamental na geração de empregos e movimentação da economia nacional. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014), as MPEs são as principais geradoras de riqueza no comércio nacional, correspondendo a mais de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) deste setor.Se por um lado, as MPEs aquecem o setor comercial brasileiro, pelo outro, ao se analisar o desempenho de tais empresas a longo prazo o cenário não demonstra-se tão animador. OInstituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE afirma que 60% das empresas brasileiras fecham as portas apenas cinco anos após iniciarem suas atividades, sendo que esta taxa de sobrevivência tem relação direta com o porte da empresa, onde quanto maior o porte, maior duração da empresa no mercado(IBGE, 2017).

Empresas de Pequeno Porte (EPPs) possuem uma presença mais consolidada no mercado em comparação as Microempresas (MEs) devido seu faturamento e número de colaboradores consideravelmente superior estando menos sujeitas à mortalidade precoce. Desse modo são as MEs quem realmente sofrem com o baixo índice de sobrevivência empresarial no país e diante disso devem se valer de toda e qualquer ferramenta que possibilite antever situações adversas e auxiliar para que as tomadas de decisões sejam rápidas e precisas. Verifica-se então a necessidade de uma maior profissionalização da gestão deste tipo de empresas e uso de instrumentos, planejamentos, controles, relatórios e outros, que lhes deem mais oportunidade de prosperar e serem sustentáveis financeiramente.

O uso de ferramentas estratégicas e gerenciais, que advêm da contabilidade pode ser uma forma importante para que se obtenham informaçõesrelevantes que sustentem o processo de decisão e gestão. Na visão de Marion (2012), a contabilidadetrata-se da “Linguagem dos Negócios”, e é quem fornece as diretrizes para as tomadas de decisões dentro de uma organização. Já no entender de Iudícibus (2010), a utilização das técnicas e procedimentos contábeis deve ser elaborada com ointuito de gerar dados que posteriormente serão apresentados ao gestor de maneira específica e detalhada a fim de auxiliá-lo em seu processo decisório.

Em uma ME é comum que o proprietário também assuma funções administrativas e gerenciais, onde a contabilidade costuma ser terceirizada e realizada

com base nas informações fornecidas pelo próprio proprietário. A falta de informações fornecidas ou informações incorretas proporcionam um relatório contábil que não representa fidedignamente a empresa comprometendo o processo de gestão.Além disso, os proprietários de MEs que ao menos tem o interesse de utilizar as informações contábeis como ferramentas administrativas costumam esbarrar na incompreensão ou falta de conhecimento para utilizar tais informações. Segundo Padoveze (1997), para que a Contabilidade contribua no processo de gerenciamento empresarial, não basta apenas gerar a informação contábil, mas também há a necessidade de que o gestor compreenda claramente a informação, convertendo-a em práticas que tragam benefícios para a entidade.Se há informação contábil, mas a mesma não é utilizada como ferramenta administrativa, sua função primordial de auxílio na tomada de decisão é simplesmente desperdiçada.

O cenário que se vislumbra então trata a contabilidade exclusivamente com fins fiscais e tributários, desprezando suas funções gerenciais, abrindo mão de informações essenciais para uma administração de qualidade. Acrescenta Marion (2012), que ao analisar os problemas de sobrevivência empresarial no país por mais que os empresários apontem fatores como à excessiva carga tributária ou elevadas taxas de juros como possíveis causas para o fracasso do negócio, é a má administração e não utilização dasinformações contábeis a origem de todo o problema. Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivo para este estudo investigar como a informação contábil é utilizada pelos gestores de Microempresas do setor comercial da cidade de Maringá-PR.

A organização do estudo se deu em cinco seções, sendo que na seção 1 se faz a introdução evidenciando o contexto, a situação problema, e o objetivo da pesquisa. Na seção 2, demonstra-se a revisão de literatura abrangendo os termos, conceitos e fundamentos literários utilizados como base do trabalho prático. Já a seção 3, apresenta a trajetória metodológica, abordando qual o tipo de pesquisa realizada juntamente com as ferramentas de coleta e análise dos dados. Na seção 4, é abordado o estudo e a apresentação dos dados e sua análise. Por fim, na seção 5 se apresenta as considerações finais acerca do objeto de estudo e os achados da pesquisa.

2REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Microempresas e sua caracterização

As Microempresas(ME’s)têm suma importância para a economia brasileira gerando milhões de empregos e incentivando o desenvolvimento do empreendedorismo.Em 2015dos cerca de 6,8 milhões de estabelecimentos em atividade no país 92,9% correspondiam a Microempresas, 6,1% a Empresas de Pequeno Porte e apenas 1% a Médias e Grandes Empresas (SEBRAE, 2015).Dada sua relevância para com a prosperidade econômica do país deve-se ter plena noção do que é uma Microempresa e seus direitos e deveres perante a sociedade.

Os critérios para classificação empresarial costumam variar conforme o Órgão emissor da informação, de modo que na legislação brasileira conforme a Lei Complementar 123 de 2006 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa) enquadra-se como Microempresa a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados que não ultrapassem o valor correspondente a 360 mil reais de receita bruta anual. Este valor foiatualizado através da Lei Complementar 139 de 2011 (BRASIL/Lei 123, 2006; BRASIL/Lei 139,2011). Quanto ao número de funcionários, de acordo com o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (SEBRAE, 2015), uma Microempresa costuma contar com no máximo 19 colaboradores caso exerça suas atividades no setor industrial, enquanto nos setores de comércio e serviços esse número cai para 9 trabalhadores. Vale ressaltar que não existem disposições legais quanto ao número de funcionários nas MPEs e logo tais informações são frutos de pesquisa.

Apesar de sua importante representatividade econômica, é inegável que as Microempresas, assim como as Empresas de Pequeno Porte possuem desvantagens como baixo poder de investimento, ampla concorrência e dificuldade de acesso à tecnologia quando comparadas a empresas de médio e grande porte. Desse modo, cabe ao Estado proporcionar condições para que o micro e pequeno empresário possam prosperar economicamente.A Constituição Federal de 1988 em seu art. 179 prevê que:

> A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 1988).

A fim de se garantir as MPEs os direitos constitucionais citados acima se instituíram por meio da Lei Complementar 123 de 2006 o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Nas palavras de Costa e Leandro (2016,

p. 6) “o estatuto visa estimular o desenvolvimento e a competitividade dos pequenos negócios como forma de gerar emprego, distribuição de renda, inclusão social, fortalecimento da economia e redução da informalidade”. A partir do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa que se deu a criação o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, mais conhecido como Simples Nacional. O regime tributário em questão permite as MPEs o recolhimento mensal de uma série de tributos por meio de uma única guia facilitando o pagamento e diminuindo a burocracia(COSTA e LEANDRO, 2016).

Políticas de estímulo às exportações assim como a possibilidade de parcelamento de débitos com o Estado também colaboraram para que as Microempresas saltassem de pouco mais de 5,1 milhões de estabelecimentos em 2006 para cerca de 6,3 milhões em 2015 (SEBRAE, 2015). Apesar do claro desenvolvimento das MEs em decorrência das regulamentações advindas da Lei 123 de 2006 e demais ações governamentais, um aspecto negativo costuma acompanhar as Microempresas: o alto grau de mortalidade. Observando empresas constituídas em 2012 em um período de dois anos, enquanto empresas de Pequeno, Médio e Grande Porte possui taxas de sobrevivência de 98%, 98% e 97% respectivamente, as Microempresas somam apenas 55% (SEBRAE, 2016).

Desse modo a sobrevivência das Microempresas pode estar relacionada ao modo pelo qual seus gestores administram a entidade e quais critérios utilizam como base para a tomada de decisões. Meirelles Junior e Sales (2013) ao analisarem o comportamento de gestores de Microempresas do setor comercial na cidade de Rezende-RJ constataram que grande parte dos empresários não detém o conhecimento necessário para a gestão da empresa,sequer possuindo um plano de negócio. O estudo ainda apontou que apenas 4% das empresas observadas buscam o apoio de escritórios de contabilidade para o auxilio no gerenciamento da entidade.

Já em estudo realizado no ano de 2013, tomando como amostra 50 MPEs da cidade de Guarapuava-PR, observou-se que os gestores recebem informações advindas da contabilidade, porém apresentam dificuldades na sua compreensão, utilizando-as no processo decisório dentro do limite de seu entendimento (KOS *et al*, 2013).Sendo assim, é inegável que uma Microempresa necessita de incentivos governamentais em razão de seu capital reduzido e alcance limitado, porém o que define a prosperidade econômica e consolidação da mesma no mercado é uma gestão de qualidade amparada em ferramentas da administração e da contabilidade.

2.2 Informações contábeis aplicadas às microempresas

A Contabilidade se faz presente na sociedade desde o início da civilização, visto que o homem sempre se preocupou com aspectos relativos ao controle do seu patrimônio (COELHO e LINS, 2010). As práticas contábeis que inicialmente limitava-se a auxiliar pequenos produtores e comerciantes no controle de seus negócios ganharam maior importância conforme as relações de comércio passaram a se tornar cada vez mais corriqueiras. Com a disseminação do "método das partidas dobradas" desenvolvido pelo teólogo e matemático italiano Luca Pacioli no ano de 1494 a Contabilidade começa a ganhar aspecto de ciência despertando o olhar de estudiosos da época. Mesmo com todo o avanço e transformação da Contabilidade ao longo dos anos, sua característica fundamental de gerar informação útil ao usuário para tomada de decisãoainda manteve-se preservada(MARION, 2009).

Nas palavras de Pêgas (2011, p.50) "a Contabilidade pode ser entendida como uma ciência que tem como objetivo principal fornecer informações de qualidade a seus usuários internos e externos". Analisando tal afirmação pode-se concluir então que a informação contábil pode ser utilizada tanto por quem está dentro quanto por quem está fora da entidade. Na visão de Marion (2012), são usuários internos os gerentes, diretores, administradores e funcionários em geral, enquanto os usuários externos correspondem aos acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo e sindicatos.

Usuários externos e internos utilizam a informação contábil com finalidades distintas. Quanto aos usuários externos Iudícibus *et al* (2010) destaca que sócios, acionistas e instituições financeiras necessitam de informações resumidas que lhes propiciem observar o retorno financeiro de seus investimentos e planejar ações futuras na empresa. O Governo por sua vez utiliza a informação contábil principalmente como base para arrecadar os valores correspondentes a impostos, taxas e contribuições. Economistas também se valem das informações contábeis para realizarem análises globais e setoriais.Já os usuários internos da informação contábil devem ter em mente a importância de tal ferramenta para com uma administração de qualidade. A respeito da utilidade da informação contábil no processo de gestão de uma empresa, Marion (2012, p.25) diz:

> A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisões.

Ressaltando a função gerencial da Contabilidade, Coelho e Lins (2010, p.117) afirmam que as práticas contábeis desenvolvem-se "com o intuito de facilitar o planejamento das ações futuras, minimizar os riscos de decisões que possam causar prejuízos ao patrimônio e auxiliar na condução gerencial do empreendimento". Iudícibus *et al* (2010, p.3) também discorre sobre a finalidade da informação contábil para o administrador e sua capacidade de lhe proporcionar condições para que se avalie o passado e se projete o futuro da empresa:

> O administrador inteligente, que sabe usar a informação contábil e que conhece suas limitações, tem em suas mãos um poderoso instrumental de trabalho que lhe permite tomar decisões visando ao futuro com maior segurança, bem como conhecer a situação atual e o grau de acerto ou desacerto de suas decisões passadas.

Para que as informaçõescontábeis auxiliem o administrador em sua tomada de decisão deve-se garantir que o mesmo não tenha dificuldade em interpretar os termos e dados disponibilizados. Segundo Fávero *et al* (2006, p.2) "na elaboração dessas informações deve-se levar em consideração a condição do usuário em compreendê-las, ou seja, a comunicação entre contador e usuário é fundamental nesse processo".

Seja pela falta de interesse ou incapacidade por parte do gestor, a empresa que não tem seu gerenciamento amparado nas informações contábeis só sustenta a falsa ideia de que a contabilidade existe unicamente para que se cumpram obrigações fiscais. Silva, Miranda e Freire (2009), em estudo realizado em micro e pequenas empresas nas cidades de Recife, Olinda, Igarassu e Jaboatão dos Guararapes, ambas no estado de Pernambuco, constataram que tais empresas contam com os serviços de um profissional de contabilidade, porém a informação gerada não é utilizada com fins gerenciais. Os autores fazem uma sugestão do que se deve fazer para mudar este cenário:

> Pode-se deduzir que é necessária uma mudança de postura por parte de quem prepara as informações contábeis para os diversos tipos de empresa, uma vez que pela alta frequência das demonstrações mais tradicionais, aparentemente a contabilidade é mantida pelo caráter legal e tradicionalista. Deve-se perseguir uma inversão nos resultados que dizem respeito ao uso da informação pelos gestores e alçar a informação contábil a um status privilegiado na tomada de decisão e acompanhamento de resultado nas empresas.

A informação contábil também deve apresentar certas características qualitativas a fim de que a mesma possa ser considerada útil. Hendriksen e Van Breda (1999) apontam a relevância e a confiabilidade como principais características a serem almejadas na elaboração da informação. Segundo eles para que a informação possa ser considerada relevante, a mesma deve apresentar valor preditivo auxiliando os usuários a prever os resultados de eventos passados e presentes, valor de *feedback*apresentando o resultado de decisões anteriores além de ser oportuna de modo a estar disponível a tempo de influenciar na decisão do usuário. Já com relação à confiabilidade, a informação contábil deve ser neutra, representando fielmente a situação da empresa mantendo-se livre de erros além deapresentar meios para que a mesma seja verificada, ou seja, tenha sua veracidade comprovada.

2.3 Relatórios contábeis nas microempresas

Um relatório contábil nada mais é do que "a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade" (MARION, 2012, p. 41) de modo a atender necessidades tanto fiscais quanto de gerenciamento dentro de uma empresa.Os principais relatórios contábeis são conhecidos como Demonstrações Contábeis e podem, ou não ser obrigatórios conforme o porte e faturamento da empresa. As Microempresas, de acordo com a resolução 1418/12 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual aprova a ITG 1000 (Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) ficam obrigadas ao final de cada exercício social ou em períodos menores quando necessário a elaborarem o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado (DR) e as Notas Explicativas (CFC, 2012).

O Balanço Patrimonial deve demonstrar a posição patrimonial e financeira da empresa em dado período de tempo, compreendendo seus bens e direitos, obrigações e patrimônio líquido (RIBEIRO, 2012). Tal Demonstração Contábil apresenta uma estrutura amplamente organizada a fim de que o usuário faça uma análise precisa da situação financeira da entidade. Ferreira (2004, p. 322) faz uma breve análise sobre a estruturação do Balanço Patrimonial:

> O Balanço Patrimonial é dividido em ativo e passivo. O total do ativo é igual ao total do passivo. O ativo é constituído pelos bens e créditos. O passivo é formado pelo passivo exigível, que representa as dívidas com terceiros, pelos resultados de exercícios futuros e pelo patrimônio líquido. O ativo e o

> passivo são divididos em grupos, que se divide em subgrupos, que são divididos em contas, que se dividem em subcontas.

Dessa forma o Balanço Patrimonial apresenta-se como uma Demonstração Contábil que permite ao usuário analisar a empresa de modo amplo e geral fornecendo informações como, por exemplo, o total de valores em caixa/banco, dívida com fornecedores ou capital adquirido por meio de empréstimos. Tais informações possibilitam ao usuário tirar importantes conclusões como nível de liquidez da empresa ou a capacidade da mesma em cumprir com suas obrigações, as quais são úteis paraos usuários internos e externos da informação. Apesar de toda sua riqueza de dados, o Balanço Patrimonial não fornece certas informações como o valor da receita proveniente da atividade principal da empresaou os custos dos produtos ou mercadorias vendidas ou dos serviços prestados. Para se obteressas e outras informações deve-se analisar outro importante relatório contábil conhecido como Demonstração de Resultado (DR).

A Demonstração de Resultado trata-se de um relatório que apresenta a receita adquirida pela entidade em dado espaço de tempo subtraída das despesas assumidas no mesmo período, proporcionando no final um resultado positivo (lucro) ou negativo (prejuízo) (MARION, 2009).Sendo assim, admitindo-se a Demonstração de Resultado basicamente como o confronto das despesas com as receitas da entidade, as definições destes dois grandes grupos devem estar claras na mente do administrador que tomará decisões respaldadas na DR. Stickney e Weil (2001, p. 109) caracterizam receitas e despesas de uma maneira simples e objetiva:

> As receitas medem os ativos líquidos (ativos menos passivos) que entram na empresa, quando ela vende bens ou presta serviços. As despesas medem os ativos líquidos (ativos menos passivos) que a empresa consome no processo de gerar receitas. Medindo o desempenho operacional, as receitas refletem os serviços prestados pela empresa, enquanto que as despesas indicam os esforços despendidos nessa prestação de serviços.

Desse modo, o gestor que utiliza a Demonstração de Resultado no planejamento estratégico da empresa tem em mãos um instrumento que lhe proporciona informações como total de receita proveniente de vendas ou prestação de serviços, total da receita financeira como rendimentos de aplicações, devoluções de mercadorias ou produtos, os custos das mercadorias, serviços ou produtos, despesas com pessoal como salários e demais benefícios, despesas com aluguel e depreciação de bens, entre outras (MARION,

2012). Todas essas informações são determinantes para que o gestor faça a correção dos erros e tome decisões corretas no que tange ao futuro financeiro da empresa.

É comum que na contabilidade das Microempresas se cumpra apenas o que se exige em lei e não é diferente com as Demonstrações Contábeis. Muitos proprietários nem sequer sabem do que se trata uma DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa), por exemplo, e também não analisam o balanço ou a DR para tomar suas decisões. O fato é que seja por incompreensão ou falta de interesse do gestor, a não utilização dos relatórios contábeis no gerenciamento das Microempresas pode ser uma das principais causas para o fracasso financeiro a longo prazo de tais organizações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Definições do tipo de pesquisa

Uma pesquisa científica pode apresentar certas classificações e é de suma importância que o leitor compreenda com clareza os métodos e técnicas utilizadas para a produção do conhecimento. Quanto aos objetivos, o presente trabalho conta com uma pesquisa do tipo descritiva que de acordo com Gil (2002, p.42) é aquela que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.Nesse sentido, esta pesquisa assim se enquadra, pois descreveu as características de um determinado grupo, no caso gestores de Microempresas de Maringá-PR. Já no que diz respeito à natureza do problema, como visa apenas analisar o comportamento de um grupo, não proporcionando avanços para a ciência contábil em si, esta pesquisa pode ser considerada do tipo aplicada. Vergara (1998, p.45) faz uma breve comparação entre as pesquisas do tipo aplicada e pura:

> A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, motivada basicamente pela curiosidade intelectual do pesquisador e situada, sobretudo no nível da especulação.

Com relação à estratégia de pesquisa, este trabalho pode ser classificado como um levantamento, visto que busca atribuir características aum determinado grupo por meio de dados obtidos. Nas palavras de Gil (2010, p. 35), um levantamento corresponde“à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do

problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados". Gil (2010) ainda relata que ao se realizar um levantamento é comum que se trabalhe com uma amostra obtida por meio de procedimentos estatísticos, de modo que se possa fazer uma projeção segura para a população como todo.

No que tange ao método de abordagem, esta pesquisa possui caráter indutivo de modo que dados individuais serão analisados, a fim de que se chegue a uma conclusão comum. Marconi e Lakatos (2003, p. 86) apontam a indução como o "processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas". Desse modo, o método indutivo inicia-se com a observação de determinados fenômenos, o estabelecimento de relações entre os mesmos e por fim a generalização de tais relações (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Quanto ao ambiente considera-se que este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo, visto que as respostas para os problemas da pesquisa serão obtidas por meio de questionários entregues aos gestores das Microempresas selecionadas. Vergara (1998, p. 45) nos diz que uma pesquisa de campo corresponde a uma "investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não".

No que se refere à abordagem, uma pesquisa científica costuma dividir-se em pesquisa qualitativa e quantitativa ou ainda mista quando apresentar ambos os aspectos. Prodanov e Freitas (2013, p. 69) afirmam que a pesquisa quantitativa "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las". Já a pesquisa qualitativa, no ponto de vista dos autores preocupa-se com a atribuição de significados aos dados obtidos, apresentando caráter descritivo, não utilizando métodos matemáticos e estatísticos e sim prevalecendo à indução (PRODANOV e FREITAS, 2013). Como visa quantificar o número de gestores que utilizam a informação contábil em seu processodecisório além de descrever como o mesmo age no gerenciamento de sua empresa, esta pesquisa possui aspectos tanto quantitativos como qualitativos, desta forma devendo ser classificada como mista.

3.2 Métodos de coleta e análise dos dados

Marconi e Lakatos (2003, p. 165) definem a coleta de dados como a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. O instrumento para a obtenção dos dados utilizado nessa pesquisa trata-se do questionário que nas palavras de Gil (1989, p. 124) trata-se da “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc”. Nesta pesquisa o questionário será entregue ao respondente impresso ou via endereço eletrônico.

Um questionário, conforme Beuren *et al* (2014) pode ser tanto aberto como fechado e ambos devem apresentar questões claras e de fácil entendimento, de modo algum sugerindo ou induzindo a quaisquer respostas. Segundo Vergara (1998, p. 52) “no questionário aberto, as respostas livres são dadas pelos respondentes; no fechado, o respondente faz escolhas, ou pondera, diante de alternativas apresentadas”. Sendo assim, o questionário utilizado nesta pesquisa pode ser considerado como fechado, de modo que o gestor respondente terá como meio de resposta alternativas a fim de que assinale a que melhor compactue com suas concepções.

Feita a coleta dos dados a próxima etapa a ser realizada corresponde à análise e interpretação dos mesmos. Gil (1989) destaca que enquanto a análise corresponde à organização dos dados a fim de que auxiliem na solução do problema da pesquisa, à interpretação diz respeito à busca pelo sentido por trás das respostas colhidas. Como nesta pesquisa os dados são advindos das respostas dos gestores ao questionário elaborado, irá se realizar uma análise de conteúdo, que pode ser entendida como o conjunto de métodos aplicadospara a análise dos dados obtidos pela comunicação entre um emissor e um receptor (BARDIN, 1977).

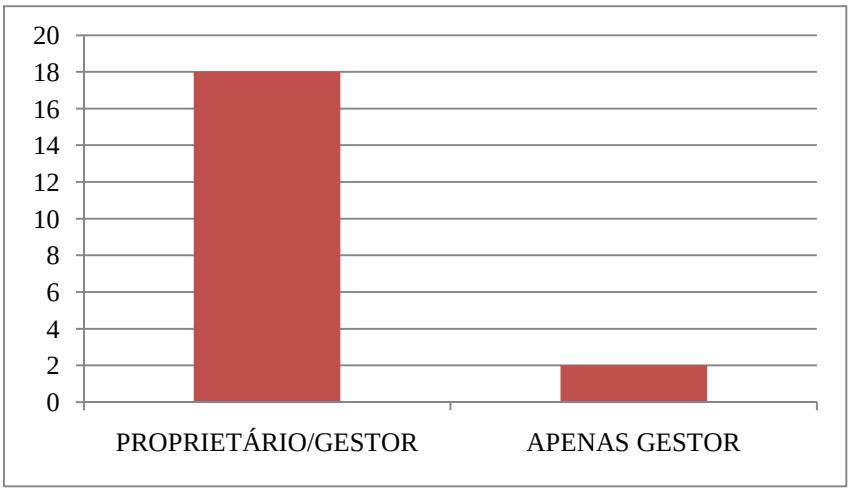
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este item apresenta os resultados obtidos através das respostas aos questionários elaborados e entregues aos gestores de Microempresas do setor comercial de Maringá-PR. Foram analisadas 20 empresas estabelecidas como clientes de um escritório contábil escolhido aleatoriamente de modo que, as primeiras perguntas visaram descobrir informações gerais como sexo, idade e formação educacional do gestor. Já as demais perguntas apresentam caráter mais específico, buscando informações como o

interesse do gestor em utilizar as informações contábeis, sua relação com o contador responsável pela empresa e nível de entendimento para com conceitos básicos da contabilidade como receita, despesa e lucro.

Como já dito, em todas as empresas visitadasa contabilidade é realizada externamente através dos serviços prestados por escritórios. Em 80% das empresas o gestor é do sexo masculino enquanto 20% são do sexo feminino com idades que variam entre 18 e 25 anos (30%), 26 e 35 anos (50%) e acima de 50 anos (20%). Quanto à formação educacional a grande maioria dos gestores (70%) limitou-se a conclusão do ensino médio, enquanto 30% possuem graduação em algum curso de nível superior.

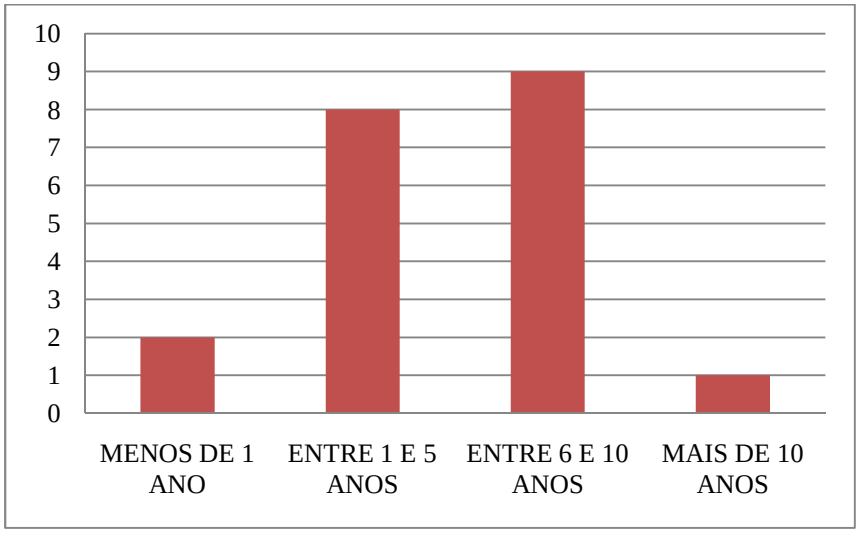
Outro importante dado diz respeito ao fato de que em 90% das empresas visitadas o proprietário também é o responsável pela administração e gestão da entidade, de modo que o número de profissionais contratados exclusivamente para administração do negócio corresponde apenas a 10%.



Fonte: a pesquisa (2018)

Figura 1 – Relação proprietário/gestor x apenas gestor

Com relação ao tempo de presença no mercado em anos, 10% das empresas possuíam menos de 1 ano, 40% entre 1 e 5 anos e 50% mais de 5 anos. Tal dado indica que as Microempresas analisadas possuem uma média de sobrevivência superior a média nacional de modo que em todo país, em um período de 2 anos a partir do início de suas atividades, cerca de 45% das Microempresas brasileiras fecham as portas (SEBRAE, 2016). Apesar de serem superiores em comparação a média nacional, tais dados poderiam e deveriam ser ainda melhores, visto que das empresas analisadas com mais de 5 anos de mercado, apenas 10% possuem mais de 10 anos.



Fonte: a pesquisa (2018)

Figura 2 – Tempo de mercado das empresas

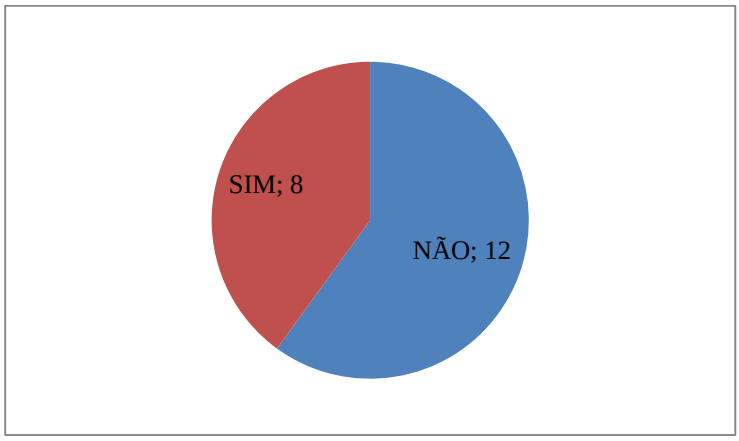
Ao serem questionados sobre a utilização do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado para a tomada de decisões na empresa, 30% dos respondentes afirmaram não utilizar nenhuma das Demonstrações. Em contrapartida o número de gestores que afirmaram utilizar as demonstrações, pois consideram de suma importância para a administração do negócio também foi de 30%. Os 40% restantes afirmaram utilizar as Demonstrações esporadicamente dentro de seu limite de entendimento, seja para sanar dúvidas pontuais ou por dificuldades de compreensão.

No que diz respeito à utilização de outros métodos que não sejam as Demonstrações Contábeis no controle das atividades da empresa como planilhas ou anotações, 60% dos respondentes afirmaram não possuir tal hábito. Os demais 40% alegam a utilização principalmente de anotações manuscritas acompanhadas do software Microsoft Excel. Analisando o percentual de gestores que utilizam ou não as Demonstrações Contábeis ou métodos alternativos na administração da empresa, percebe-se que parte dos gestores não possui nenhum controle sobre as operações da entidade. Uma má administração, amparada principalmente na falta de controle sobre as atividades da empresa pode não transparecer malefícios á curto prazo, porém com o passar do tempo pode se tornar fatal.

Quanto ao nível de compreensão, 45% dos respondentes afirmaram apresentar dificuldades para a interpretação de determinados termos utilizados nas Demonstrações. Já o percentual de gestores que compreendem com clareza as informações contidas nas

Demonstrações foi de 40%, enquanto 15% não concordam nem discordam, provavelmente por sequer utilizarem tais relatórios. Dessa forma, percebe-se que quase metade dos gestores até demonstram interesse em utilizar as Demonstrações Contábeis, porém esbarram na falta de conhecimento adequado.

Outro dado interessante diz respeito ao fato de que 55% dos gestores afirmaram que a principal função da Contabilidade dentro de suas empresas corresponde ao cumprimento de obrigações com o fisco. Vale ressaltar também que do total de 20 respondentes, 60% dos gestores relataram que caso não fosse obrigatório, não contratariam serviços profissionais de Contabilidade. Tal informação, só reforça a falsa ideia de que para uma Microempresa a Contabilidade não passa de uma mera burocracia que se faz presente unicamente para fiscalização por parte do Estado.



Fonte: a pesquisa (2018)

Figura 3 – O gestor contrataria serviços de contabilidade caso não fosse obrigatório?

Por se tratarem de empresas do setor comercial questionou-se ao gestor como são definidos os preços de venda de cada produto. Descobriu-se que em 60% das empresas visitadas, a Contabilidade não é levada em consideração no planejamento estratégico das vendas. Dessa forma, estes gestores abrem mão de informações importantes como a margem de contribuição dos produtos, além de que uma formulação equivocada do preço de venda pode acarretar em um retorno financeiro insatisfatório.

Quando questionados sobre sua relação com o contador responsável pela empresa, 70% dos gestores afirmaram conhecer o profissional contábil mantendo contato principalmente por meio de telefonemas. Em contrapartida, com relação à participação do contador no gerenciamento de gastos e investimentos, 55% dos gestores relataram não receber e nem solicitar o auxílio do contador para tal tarefa. Dessa forma,

tudo leva a crer que o contato desse grupo de gestores com o contador não ocorre para que o mesmo o auxilie no processo de tomada de decisões, e sim com outras finalidades como, por exemplo, organização de documentos para obtenção de empréstimos e financiamentos, problemas com emissões de notas fiscais e questões referentes à quitação de tributos e folha de pagamento.

Definições corretas e incorretas de termos básicos da contabilidade foram expostas a fim de que o gestor assinalasse se concorda ou discorda com tais afirmações. A definição incorreta de receita contábil, a qual dizia que a mesma correspondia ao "montante em dinheiro recebido, deduzido de todos os gastos", por exemplo, foi considerada como certa por 60% dos gestores. Já a afirmação correta, a qual definia receita como "a entrada de benefícios econômicos decorrente das operações da empresa" foi considerada correta apenas por 45% dos gestores. Dessa forma, admite-se que a receita não é um termo bem compreendido por esse grupo de gestores.

AFIRMAÇÃO	RESPOSTAS DOS GESTORES	
	CONCORDO	DISCORDO
Receita é o montante em dinheiro deduzindo de todos os gastos.	12 (60%)	8 (40)
Receita é o ingresso de benefícios econômicosdecorrente das operações da empresa.	9 (45%)	11 (55%)

Fonte: a pesquisa (2018)

Tabela 1 – Conhecimento do gestor a respeito do termo "Receita Contábil".

Se por um lado a definição de receita não parece clara na mente dos gestores, pelo outro, o conceito de despesa contábil apresenta-se de forma bem diferente. A definição correta de despesa, a qual tratava a mesma como "o sacrifício financeiro para se gerar receita" foi considerada certa por 70% dos respondentes. Já a afirmação errada a qual dizia que "só se têm despesa quando o valor das saídas em dinheiro supera o valor das entradas" foi considerada incorreta por 75% dos gestores. Dito isto, pode-se concluir que a grande parte dos respondentes detém certo conhecimento sobre do que se tratam as despesas dentro de seu empreendimento.

AFIRMAÇÃO	RESPOSTAS DOS GESTORES	
	CONCORDO	DISCORDO

Despesa Contábil corresponde ao sacrifício financeiro para gerar receita.	14 (70%)	6 (30%)
Há despesa quando o valor das entradas em dinheiro supera o valor das saídas.	5 (25%)	15 (75%)

Fonte: a pesquisa (2018)

Tabela 2 – Conhecimento do gestor a respeito do termo "Despesa Contábil"

A definição certa de lucro contábil como "o valor positivo obtido ao se deduzir às despesas das receitas da empresa" foi considerada correta por 70% dos gestores, o que a princípio indicaria um bom conhecimento do termo por parte dos mesmos. O problema está no fato de que 80% gestorestambém consideraram como correta a definição errada de lucro contábil, a qual o trata simplesmente como "o valor do ativo deduzido do passivo da entidade".

AFIRMAÇÃO	RESPOSTAS DOS GESTORES	
	CONCORDO	DISCORDO
Lucro corresponde ao valor positivo ao se deduzir as despesas das receitas.	14 (70%)	6 (30%)
Lucro corresponde ao ativo deduzido do passivo da entidade.	16 (80%)	4 (20%)

Fonte: a pesquisa (2018)

Tabela 3 – Conhecimento do gestor a respeito do termo "Lucro Contábil"

Sendo assim, todos esses dados evidenciam que a maioria dos gestores que compõem essa amostra não demonstra interesse pela Contabilidade, enxergando a mesma como mais uma obrigação com o governo e dos gestores que demonstram interesse pelas informações contábeis, boa parte apresenta dificuldades de compreensão, seja por uma má formação educacional ou falta de amparo pelo profissional contábil responsável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Microempresas, em especial as voltadas para o setor comercial são fundamentais na geração da riqueza nacional, sendo responsáveis por boa parte da movimentação financeira do Brasil. Por mais que as ME's aqueçam o mercado interno e proporcionem a grande maioria dos empregos em carteira no país, seu período de

permanência no mercado não costuma ser duradouro.Dito isto, a principalcausa para o baixo índice de sobrevivência das Microempresas no país está relacionado a possíveis problemas de gestão.

Admitindo-se a importância das informações contábeis no gerenciamento e administração de uma empresa e partindo-se do pressuposto que a sua não utilização pode acarretar sérios problemas econômicos e financeiros a longo prazo, o presente estudo buscou observar como determinada parte dos gestores de Microempresas da cidade de Maringá-PR utiliza as informações contábeis em seu processo decisório.

Com base nos dados colhidos através dos questionários respondidos pelos gestores, chegou-se a conclusões de como os mesmos enxergam a Contabilidade em seu dia a dia na empresa. Concluiu-se, portantoque os gestores não demonstram interesse em utilizar as informações contábeis no gerenciamento de sua empresa, contratando serviços de contabilidade apenas por se tratar de algo obrigatório.Desta forma, observa-se que a contabilidade não tem sido utilizada como provedora de informações de natureza gerencial, estando apenas contribuindo com informações restritas ao atendimento das obrigações fiscais.

Nota-se também que é hábito comum o proprietário da empresa também assumir as funções de administrador mesmo que não tenha o conhecimento adequado para tal função, fato que, pela sua formação e conhecimento, impede um maior aproveitamento de informações emanadas da contabilidade. Os dados também demonstram que considerável parte dos gestores sofre com a dificuldade de compreensão das Demonstrações Contábeis de modo a conhecer conceitos básicos de Contabilidade e deconhecer outros tão simples quanto.

Por fim, conclui-se que a falta de interesse e dificuldade de compreensão das Demonstrações Contábeis por parte dos gestores ainda impede que a Contabilidade exerça sua principal função dentro das Microempresas de auxiliar o usuário da informação no processo decisório. Deve-se deixar claro que tais dados não devem ser extrapolados para a população de Microempresas de Maringá, sugerindo-se assim a realização de um estudo com uma amostra mais representativa. No entanto, o presente estudo cumpriu com seus objetivos, dentro de suas limitações, visto que, conseguiu analisar o comportamento da amostra selecionada.

A título de trabalhos futuros deixa-se como sugestão a outros pesquisadores que se aprofunde o teor desta pesquisa com objetivo de se conhecer mais deste universo, seja na ampliação da amostraou realizando o estudo em outros municípios. Também

pode ser aplicada em empresas maiores e averiguar o conhecimento e utilização da contabilidade como provedora de informações e então, comparar com os resultados aqui obtidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Portugal. Edições 70. 1977

BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. de; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. de B. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática.São Paulo: Atlas. 2014.

BRASIL, **Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 28 abr. 2018.

_____.**Lei Complementar n° 139 de 10 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp139.htm>. Acesso em 28 abr. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico,1988. 292 p.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução 1418/2012 – Aprova a ITG 1000:** Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001418>. Acesso em 02 jul. 2018.

COSTA, Aline Pereira Neves da; LEANDRO, Luís Alberto de Lima. **O Atual Cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil,** 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/14924134.pdf>. Acesso em 10 mai. 2018.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica: **Finalmente você vai aprender Contabilidade.**3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira. 2004.

FAVERO, Hamilton Luís *et al*. **Contabilidade Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.**2ª Ed.São Paulo: Atlas. 1989.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.**4ª Ed.São Paulo: Atlas. 2002.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.**5ª Ed.São Paulo: Atlas. 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **TeoriadaContabilidade**. São Paulo: Atlas. 1999.

IBGE. **Demografia das Empresas 2015:** taxa de saída recua, mas mercado empresarial perde 1,6 milhão de ocupados. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/17046-demografia-das-empresas-2015-taxa-de-saida-recua-mas-mercado-empresarial-perde-1-6-milhao-de-ocupados.html>. Acesso em 12 abr. 2018.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Atlas. 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de *et al*. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas. 2010.

KOS, Sonia Raifur*et al*. **Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão,** 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/21069>. Acesso em 08 mai. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.**São Paulo: Atlas. 2003.

MARION, José Carlos. **ContabilidadeBásica**. São Paulo: Atlas. 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo:Atlas. 2012.

MEIRELES JUNIOR, Júlio Candido; SALES, Tatiane Pedroso de. **Gestão em Micro empresas,** 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/58018715.pdf>.Acesso em 03 mai. 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Atlas. 1997.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo – RS: Editora Feevale. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil.** São Paulo: Saraiva. 2012.

SEBRAE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**, 2014. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2015,** 2015. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/anu%C3%A1rio%20do%20trabalho%202015.pdf>. Acesso em 14 abr. 2018.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil,** 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>.Acesso em 28 abr. 2018.

SILVA, Daniel José Cardoso da; MIRANDA, Luiz Carlos; FREIRE, Deivisson Rattacaso. **Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas?**2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2010v7n13p89>.Acesso em 10 mai. 2018.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L.**Contabilidade Financeira**: Uma Introdução aos Conceitos, Métodos e Usos. São Paulo: Atlas. 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.**2ª Ed. São Paulo: Atlas. 1998.